



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DCIAP

Entre os dias 4 e 6 de Dezembro passados, o DCIAP, em colaboração com a Inspeção Tributária e com a PSP, deu cumprimento a um conjunto de 21 (vinte e um) mandados de busca, domiciliárias e não domiciliárias, envolvendo pessoas e sociedades conexas com a actividade de construção civil, compra e venda de imóveis e de consultoria na área financeira.

Tais diligências foram desenvolvidas no âmbito do processo conhecido como “operação Monte Branco”, estando em causa um conjunto de movimentos financeiros, ocorridos entre 2006 e 2012, realizados no quadro de um esquema de ocultação da origem dos fundos e da sua conversão em numerário, abrangendo montantes, na sua totalidade, superiores a 30 milhões de euros.

As pessoas e sociedades visadas no referido conjunto de diligências não eram apenas as suspeitas de serem as beneficiárias dos fundos, mas também algumas apenas suspeitas de terem tido mera intervenção na sua circulação, sem que o simples facto de terem sido visadas pelas diligências de busca signifique a sua responsabilização no futuro.

No âmbito das demais diligências desenvolvidas, foi constituída uma pessoa como arguida, que foi detida e presente a primeiro interrogatório judicial, ficando a mesma a aguardar os ulteriores termos do processo, por ora, na situação de obrigação de permanência na habitação.

Na referida investigação está em causa, essencialmente, a eventual prática de crimes de fraude fiscal qualificada e de branqueamento de capitais.

Lisboa, 07 de Dezembro de 2012